



**LEI MUNICIPAL 2022/2020**

**“CRIA O “PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**LUIS GUSTAVO EVANGELISTA**, Prefeito Municipal de Echaporã, Comarca de Assis, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Echaporã aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a criar o “PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – PAS”, destinado aos servidores públicos de cargo efetivo e comissionados em atividade do Município de Echaporã.

**§ 1º.** O valor do Vale-Alimentação será de R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais) mensais e será reajustado todo mês de maio de cada ano, período estabelecido como data base, confirmando, assim, que o Vale-Alimentação será reajustado a cada 12 (doze) meses pelo índice inflacionário oficial ou através do IPCA do IBGE acumulado, salvo alteração em lei.

**§ 2º** - Estão excluídos do benefício de que trata esta Lei:

I – o professor:

**a** - com carga horária inferior a 15 (quinze) horas/aulas semanal;

**b** - que prestar serviços em substituição por período inferior a 90 (noventa) dias, ou em substituição eventual;

II – os agentes políticos.

**§ 3º** - Cada servidor receberá, a título de indenização de natureza precária, transitória e mensal, apenas 1 (um) benefício, independentemente do número de vínculos que possua junto ao Município.



# Prefeitura Municipal de Echaporã

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

CIDADE DE  
**Echaporã**  
Governo de Responsabilidade

**Art. 2º** - O Poder Executivo Municipal, mediante processo licitatório, contratará empresa especializada em serviços de cartão eletrônico, personalizado ao servidor público municipal, contendo o nome, o código funcional do servidor, bem como o brasão do Município, ressaltando que os servidores públicos utilizarão o referido cartão eletrônico, mediante senha fornecida, para comprar mantimentos nos estabelecimentos cadastrados previamente pela empresa contratada.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Poder Legislativo Municipal, por meio de seu regramento interno, e obedecendo o limite orçamentário previamente destinado para o pagamento do PAS, irá adotar providências para regulamentar a aplicação do Programa aos seus servidores de cargo efetivo e comissionados, não havendo obrigatoriedade de a Câmara Municipal optar pela contratação do vencedor do processo licitatório que será aberto no âmbito do Poder Executivo.

**Art. 3º** - O Vale-Alimentação será fornecido mediante cartão magnético, que será utilizado para a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, em estabelecimentos comerciais credenciados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Qualquer empresa que for contratada para administrar os cartões obrigará-se a credenciar somente estabelecimentos comerciais de venda de mercadorias, como supermercados e similares, independentemente de quaisquer ônus para a contratante, ou para o beneficiário do cartão ou ainda para o comércio fornecedor.

**Art. 4º** - O Vale-Alimentação será devido ao servidor afastado do serviço, sem prejuízo dos vencimentos em decorrência de férias, licença-prêmio, casamento, luto, licença por acidente de trabalho ou doença profissional, licença-gestante e licença-adoção.

**Art. 5º** - O Vale-Alimentação não tem natureza salarial ou remuneratória, não se incorporando, para quaisquer efeitos, aos vencimentos dos servidores públicos municipais, nem incidindo sobre ele qualquer vantagem, e estando vedada a sua utilização sobre qualquer forma, para cálculo simultâneo que importe em acréscimo de outra vantagem pecuniária.





# Prefeitura Municipal de Echaporã

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

CIDADE DE  
**Echaporã**  
Governo de Responsabilidade

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Sobre o valor do Vale-Alimentação não incidirá quaisquer encargos trabalhistas.

**Art. 6º** - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Verificada insuficiência de recursos orçamentários para atender as exigências desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, por decreto, créditos adicionais suplementares até a importância necessária, utilizando recursos de anulação ou excesso de arrecadação que venham a ser apurados.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Echaporã/SP, 20 de fevereiro de 2020.

**LUIS GUSTAVO EVANGELISTA**  
**Prefeito Municipal**

Publicada e registrada nesta Secretaria na mesma data  
supra.

**ELIANDRO NOGUEIRA DA SILVA**  
**Auxiliar Administrativo**